



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
CONSELHO GERAL

Ata da reunião do Conselho Geral de 3 de dezembro de 2013

-----Aos 3 dias do mês de dezembro de 2013, por convocatória do seu presidente datada de 8 de novembro, teve lugar, na Sala do Conselho Científico da Universidade dos Açores, pelas onze horas, uma reunião ordinária do Conselho Geral da Universidade dos Açores, adiante designado por CG, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto 1. Período antes da ordem do dia (informação sobre o expediente recebido);-----

-----Ponto 2. Votação da ata da reunião do Conselho Geral de 11 de Setembro de 2013;-----

-----Ponto 3. Votação da ata da reunião do Conselho Geral de 15 de Outubro de 2013;-----

-----Ponto 4. Apresentação e votação de uma proposta para aumento da eficiência das reuniões do Conselho Geral;-----

-----Ponto 5. Informação da Reitoria sobre o processo de negociação do Plano de Recuperação Financeira da Universidade dos Açores;-----

-----Ponto 6. Apresentação do parecer prévio dos conselheiros externos sobre o Orçamento para 2014 e a proposta de ratificação da Reitoria;-----

-----Ponto 7. Apresentação do Plano e Orçamento para 2014, seguida de debate e votação;-----

-----Ponto 8. Informação da Reitoria relativamente ao início e à forma como tem decorrido o ano letivo 2013/14;-----

-----Ponto 9. Esclarecimento da Reitoria sobre a situação de desmoronamento das estruturas de investigação e suas implicações;-----

-----Ponto 10. Informação da Reitoria e debate sobre a execução financeira relativa ao ano de 2013;-----

-----Ponto 11. Proposta de recomendação para que se proceda à anulação dos despachos da Reitoria n.º 316/2013 e n.º 325/2013;-----

-----Ponto 12. Informação da Reitoria sobre o contributo institucional da UAc para o documento de Estratégia Nacional para o Mar 2013/2020;-----

-----Ponto 13. Informação em torno da problemática da revisão estatutária da Universidade dos Açores;-----

-----Ponto 14. Debate e votação de 2 propostas alternativas para uma metodologia sobre o processo de elaboração do orçamento anual da UAc;-----

-----Ponto 15. Apresentação da plataforma de gestão dos assuntos do Conselho Geral no quadro do SITUA;-----

-----Ponto 16. Informação sobre o processo de recolha de contributos sobre a Reforma do Ensino Superior solicitados pela SEES;-----

-----Ponto 17. Agendamento das reuniões ordinárias para o ano de 2014 nos termos do Regimento do Conselho Geral da UAc.-----

-----Para além do Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, que presidiu à reunião nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 4.º do Regimento do Conselho Geral, estiveram presentes:-

-----Eng.º César Manuel Faria Malheiro;-----

-----Dr. Gualter José Andrade Furtado;-----

-----Eng.º José António Tavares Resendes;-----

-----Doutor Armindo dos Santos Rodrigues;-----

-----Doutor Eduardo Manuel Vieira Brito de Azevedo;-----

-----Doutor João Luís Roque Baptista Gaspar; -----

-----Doutor Luís Miguel Salvador Machado Gomes-----

-----Doutora Maria José Garoupa Albergaria Bicudo;-----

-----Doutora Maria Teresa Pinheiro de Melo Borges Tiago;-----

-----Doutor Mário Alexandre Pousão da Costa Gata-----

-----Doutor Mário José Amaral Fortuna-----

-----Dr. Luís Duarte Pereira da Terra;-----

-----Estudante Hélder Manuel da Rosa Ávila;-----

-----Estudante Luís Paulo Ramos Freitas;-----

-----Na qualidade de Reitor, e de acordo com o disposto no número 2 do artigo 12.º do Regimento do CG, participou na reunião:-----

-----Doutor Jorge Manuel Rosa Medeiros-----

-----Nos termos conjugados dos números 3 a 6 do artigo 12.º do Regimento do CG, participaram na reunião, -----

-----Doutor José António Cabral Vieira (pontos 5 a 8);-----

-----Dr. Francisco José Massa Flor Franco (pontos 5 a 12);-----

-----Nos termos conjugados do número 5 do artigo 4.º e do número 4 do artigo 5.º do Regimento do CG, apoiou o secretariado da reunião:-----

-----Dr.ª Maria Esperança Oliveira Alves Pereira-----

-----O Presidente, enquanto se aguardava pela presença dos conselheiros Teresa Tiago, Luís Freitas e Hélder Ávila, cujo atraso foi justificado por um mal-entendido relativamente à hora de início da reunião, e por Eduardo Brito de Azevedo e Luís Miguel Gomes, que aguardavam disponibilidade de videoconferência para a Terceira, sugeriu que se avançasse com a análise dos pontos da agenda mais simples e que não suscitavam discussão, designadamente os pontos 1, 2, 3, 16 e 17.-----

-----**Ponto 1.**-----

-----O Presidente informou o CG sobre a correspondência recebida, incluindo, (1) convites das universidades de Lisboa e do Minho para as cerimónias de investidura dos respetivos reitores,

(2) um convite da Universidade Nova de Lisboa para a cerimónia do 40.º Aniversário da instituição, (3) documentação diversa do CRUP já distribuída pelo conselheiro Luís Terra, (4) uma carta do Secretário de Estado do Ensino Superior (SEES) ao Presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho, no seguimento da reunião anual dos presidentes dos conselhos gerais das universidades portuguesas, (5) um esclarecimento sobre o que foi discutido na última reunião sobre o sistema binário do ensino superior nacional, (6) a manifestação de discordância dos conselheiros Gualter Furtado e Mário Fortuna relativamente aos termos do último comunicado do CG e (7) uma comunicação do Doutor João Madruga, do Departamento de Ciências Agrárias, sobre a existência de um diferendo com a Doutora Teresa Lima relativo a pagamentos e que, à data da reunião, já deveria estar resolvido.-----

-----**Ponto 2.**-----

-----O Presidente colocou à votação a ata da reunião ordinária do CG de 11 de setembro de 2013 p.p. que foi aprovada por unanimidade.-----

-----**Ponto 3.**-----

-----O Presidente colocou à votação a ata da reunião ordinária do CG de 15 de outubro de 2013 p.p., cuja discussão foi adiada para o final da reunião por solicitação do conselheiro Mário Fortuna que exigiu verificar a existência de todas as declarações voto anexas à ata e que, na altura, o secretário do CG informou não ter consigo naquele momento.-----

-----**Ponto 16.**-----

-----O Presidente informou que no seguimento do pedido formulado pelo SEES (**Doc.X**) para além do seu parecer, apenas tinha recebido contributos dos conselheiros Maria José Bicudo, João Luís Gaspar e Armindo Rodrigues, pelo que, para facilitar, a síntese a remeter ao Secretário de Estado do Ensino Superior sobre a matéria iria ser realizada por um grupo constituído pelos autores de tais contributos. José António Resendes informou não ter enviado qualquer contributo por considerar ser mais eficaz fazê-lo em grupo, por isso, mostrou interesse em integrar tal grupo, e Mário Gata pediu igualmente para fazer parte do grupo em causa. O Presidente concordou e a reunião de trabalho foi agendada para as 14 horas do dia seguinte.-----

-----**Ponto 17.**-----

-----O CG concordou em agendar as reuniões ordinárias previstas para 2014 de acordo com o seguinte calendário: 1ª reunião - 22 de Janeiro; 2ª reunião - 26 de Março; 3ª reunião - 16 de Julho; 4ª reunião - 26 de Novembro.-----

-----**Ponto 4.**-----

-----Já com todos os elementos presentes e depois de lhes dar nota dos pontos discutidos, o Presidente esclareceu que a proposta por si apresentada para o aumento da eficiência das reuniões do CG (**Doc.X**) se destinava apenas a otimizar os trabalhos da presente reunião e que, por se tratar de uma matéria regimental, numa próxima reunião apresentaria a correspondente proposta de alteração do Regimento do CG. A proposta foi aprovada com 10 votos a favor e 5 votos contra, tendo estes últimos sido dos conselheiros Mário Fortuna, Gualter Furtado, Teresa Tiago, Luís Freitas e Eduardo Brito de Azevedo.-----

-----Ponto 5.-----

-----O Reitor informou que o Plano de Recuperação Financeira (PRF) havia sido remetido ao SEES que tinha aceite todas as alterações ao documento acordadas em sede de CG. Mais informou que o Vice-Reitor, José Cabral Vieira, e o Administrador, Francisco Franco, tinham reunido com o Chefe de Gabinete do SEES em Lisboa e mantido contactos regulares com o mesmo para acompanharem o desenvolvimento das negociações.-----

-----O Administrador informou o CG que na reunião de Lisboa o Chefe de Gabinete do SEES foi identificado como o responsável operacional do Ministério da Educação e Ciência para a negociação do PRF e que o assunto ia ser tratado primeiro no Governo da República e só depois com o Governo Regional. Referiu que a questão da dívida era a que suscitava mais dúvidas, sendo que foi colocada a hipótese em se alargar o prazo de pagamento para o infinito, caso tal merecesse a concordância das finanças e não houvesse outra solução. Foi discutida a necessidade de se resolver a questão do défice de 2013, no valor de 800 mil euros, e admitido que a meta prevista para 2014 no PRF era exequível tendo em atenção o decréscimo da despesa por via das aposentações. Ainda neste contexto a UAc tem de justificar o modo como vai repor a verba recebida como antecipação de fundos e na qual se inclui o valor acordado com o Governo Regional, na ordem dos 361 mil euros.-----

-----O Reitor informou ainda o CG que relativamente à aprovação do PRF o SEES não podia adiantar nada antes do envio do primeiro relatório por parte da UAc, tendo sugerido que a instituição comesse a sua reestruturação, incluindo a preparação de ciclos curtos de especialização à luz dos Programas Operacionais Regionais.-----

-----Numa primeira ronda de intervenções Gualter Furtado questionou quais as receitas extraordinárias que iriam ser consideradas para cobrir a antecipação de fundos, mostrou-se desconfortável com a falta de garantias relativamente à aprovação do PRF e, secundado por Mário Fortuna, lembrou que o PRF previa que o Governo assumisse o empréstimo e não que adiasse o seu pagamento. Mário Gata perguntou se os 361 mil euros prometidos pelo Governo Regional eram por conta da tripolaridade. Armindo Rodrigues e Maria José Bicudo mostraram-se surpreendidos pelo facto do SEES estar a pedir um relatório sobre a implementação do PRF que ele próprio não tinha ainda aprovado.-----

-----O Administrador esclareceu que adiar o pagamento da dívida é uma hipótese que apenas será equacionada se o Governo Regional decidir não a assumir. Quanto ao pedido de antecipação de fundos, no valor de 1,2 milhões de euros, a sua reposição assenta em: (a) 365 mil euros de propinas; (b) 185 mil euros de propinas antigas; (c) 100 mil euros que o Governo Regional ainda tem por transferir para a UAc no âmbito do protocolo com a tripolaridade; (d) 60 mil euros que o Governo Regional (ex-DRCTC, atual SREC) deve por via de bolsas de doutoramento; (e) 120 mil euros de protocolos assinados com o Governo Regional desde 2011; e (f) 361 mil euros do reforço de verbas acordado com o Governo Regional, concedidos à margem da verba da tripolaridade. Na realidade, sublinhou, de (a) já se receberam 120 mil euros; de (b) pode falhar um valor da ordem dos 5 a 10%, tendo sido já emitidas as declarações

de dívida para as finanças; de (c) já foi publicada a portaria; (d) e (e) estão consumados; (f) falta a publicação da portaria. O Administrador admitiu, ainda, que se possa passar o ano com algum pagamento em falta a fornecedores, mas garantiu o pagamento de todos os salários. Quanto à questão do relatório informou que este era uma exigência constante do SEES.-----

-----Numa segunda ronda de intervenções José António Resendes questionou a passagem de um défice previsto para 2013 de 1,7 milhões de euros para 800 mil euros e perguntou se tal se devia a uma redução de despesas, a receitas extraordinárias ou à antecipação de receitas. Mário Fortuna sublinhou que na execução orçamental o défice era de 1,3 milhões de euros e não de 1,7 milhões de euros e disse não perceber a que se deve a dívida referida de 800 mil euros. Luís Terra e Ricardo Madruga da Costa, voltaram a referir não entender a exigência de um relatório quando o PRF não se encontrava aprovado.-----

-----O Administrador respondeu que o decréscimo do défice se deveu à antecipação de receitas de propinas previstas para 2014 e que a execução orçamental apresentada já incluía tal verba, daí o défice ter passado para 1,3 milhões de euros. Mais, informou que iria preparar um documento com a relação das despesas em dívida no valor de 800 mil euros.-----

-----**Ponto 6.**-----

-----O Presidente deu a conhecer o parecer prévio dos conselheiros externos sobre o Orçamento para 2014 (**Doc.X**), segundo o qual não estão reunidas condições para a respetiva aprovação.-----

-----A reunião foi interrompida para almoço às 13 horas e 20 minutos, tendo sido retomada às 14 horas e 30 minutos.-----

-----**Ponto 7.**-----

-----Face ao parecer divulgado no âmbito do ponto anterior, o Presidente colocou à consideração do CG discutir o Plano e Orçamento para 2014 (**Doc. X a X**), tendo o Reitor informado o CG que mantinha o ponto em apreço por considerar que a Reitoria se tinha limitado a cumprir as obrigações impostas pelo Ministério da Educação e Ciência e, como tal, não via razões para que o orçamento não fosse aprovado. Nesta posição foi secundado pelo Vice-Reitor que alertou para os problemas que podem advir da não aprovação do orçamento, nomeadamente, a impossibilidade de se autorizarem despesas ou de se renovarem contratos.-----

-----José António Resendes e Gualter Furtado fundamentaram a sua posição no que se refere ao parecer dos conselheiros externos, sublinhando que esta não era a última oportunidade para se aprovar o orçamento e que a inexistência deste deveria ser entendida como uma posição de força para que haja uma decisão sobre o PRF, uma vez que sem este o orçamento não faz sentido tal como foi apresentado. Maria José Bicudo, Armindo Rodrigues, Mário Fortuna e Luís Gomes concordaram com o exposto, tendo os dois últimos acrescentado que para além disso faltava a divisão do orçamento por unidades orgânicas.-----

-----O Reitor lembrou que a introdução do orçamento na plataforma da DGO em Agosto tinha sido uma imposição e que a proposta submetida incluía uma referência ao défice de 1,9

milhões de euros, pelo que refletia a verdadeira situação da UAc. Neste sentido pediu ao CG a ratificação daquele ato e, por essa via, a aprovação do orçamento.-----

-----O Presidente pediu um esclarecimento sobre o significado jurídico do termo ratificação, justificado pela conselheiro Luís Terra com a invocação do Prof. Freitas do Amaral (curso de direito administrativo, vol: II, pág 475), como tratando-se da situação em que “um órgão competente decide sanar um acto inválido anteriormente praticado, suprimindo a ilegalidade que o viola”.-----

-----Numa segunda ronda de intervenções Mário Fortuna identificou várias referências no Plano e Orçamento para 2014 que considerou incompletas ou mesmo incorretas. José António Resendes, César Malheiro e Gualter Furtado voltaram a reforçar o parecer dos conselheiros externos e a sublinhar que esta posição deveria ser vista pela Reitoria como uma oportunidade e não como um voto contra, tendo Mário Fortuna referido que, na verdade, a Reitoria se tinha limitado a cumprir uma norma obrigatória do procedimento definido pelo Ministério, pelo que agora deveria concentrar-se em melhorar o documento, introduzindo os novos dados entretanto conhecidos ao nível do próprio orçamento da RAA. João Luís Gaspar apelou à clarividência da Reitoria para que reconsiderasse a apresentação do orçamento, aceitando a posição aparentemente unânime de todo o CG, e salientou o facto do CG estar agora unido em torno da necessidade de se aprovar o PRF, ao contrário do que se havia verificado aquando da votação do próprio PRF. Luís Terra chamou ainda a atenção para o facto do orçamento apenas cobrir os ordenados do pessoal do quadro, pelo que o défice, pelas suas contas, poderia chegar a 3,3 milhões de euros, resultado do défice previsto para 2014 de 1,9 milhões, a que acresceriam os 800 mil de 2013 e um montante de 600 mil de corte efetivo entre o orçamentado pela UAc e o montante que consta do OE para 2014, numa diferença total de mais de 1,2 milhões e em que apenas cerca de metade deverá corresponder a redução da ‘massa salarial’.-----

-----O Reitor insistiu na necessidade de se colocar o orçamento a votação para efeitos de ratificação.-----

-----O Presidente colocou à votação a proposta de Plano e Orçamento para 2014 que foi reprovada por unanimidade.-----

-----**Ponto 8.**-----

-----O Reitor informou que todos os cursos de 1º ciclo estão a funcionar dentro da normalidade, o mesmo acontecendo com os cursos de 2º ciclo cujo número de alunos inscritos foi igual ou superior a 8. Informou o CG sobre o número de alunos inscrito em cada curso de 2º ciclo (**Doc.X**) e apresentou a lista dos cursos que não cumpriram com os requisitos para abrir no corrente ano letivo (**Doc.X**).-----

-----A conselheira Teresa Tiago questionou o que estava a ser feito para o 2º semestre e Brito de Azevedo pediu esclarecimentos relativamente ao CET em Qualidade Ambiental. O Reitor informou que a metodologia a seguir para o 2º semestre iria ser idêntica à do 1º semestre, sendo necessário para tal a existência de um orçamento aprovado. Mais, esclareceu que relativamente ao CET em Qualidade Ambiental a questão existente decorria do facto de ser necessário

substituir o Doutor Álam de Meneses, recentemente eleito para a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, por um outro docente da casa, dadas as dificuldades financeiras existentes.-----

-----**Ponto 9.**-----

-----O Vice-Reitor José António Cabral Vieira pediu para se ausentar da sala por razões pessoais, tendo o Reitor esclarecido o CG sobre a legislação em vigor e a tipologia de unidades de investigação existentes na UAc (**Doc.X**).-----

-----Armindo Rodrigues centrou a questão na deslocalização dos centros e dos grupos de investigação para outras universidades, o que coloca em causa o próprio ensino universitário no que se refere aos cursos de 2º e 3º ciclo face às exigências da A3ES, no que foi secundado pela conselheira Teresa Tiago que se interrogou sobre como era possível surgirem cerca de 100 projetos de investigação na previsão do orçamento para 2014. Gualter Furtado e José António Resendes consideraram que este tipo de assuntos são da maior importância para o futuro da UAc, tendo o primeiro sublinhado que dentro das suas possibilidades poderá ajudar a instituição na sua relação com as empresas e ajudar a garantir que não sejam solicitados ao exterior serviços que a UAc tem competências para fornecer.-----

-----**Ponto 10.**-----

-----O Administrador referiu não ter nada a acrescentar neste ponto relativamente ao que já havia sido discutido a propósito do orçamento para 2014.-----

-----O conselheiro Mário Fortuna referiu que a análise da execução financeira permitia constatar claramente que os desfasamentos e os desequilíbrios são fundamentalmente resultado (1) do défice de cerca de 1 milhão de euros apresentados pelos Serviços Centrais, onde os encargos gerais e as despesas de administração são cerca de 400 mil euros superiores ao inicialmente previsto e (2) do facto das unidades orgânicas de investigação não resolverem os seus problemas estruturais, em particular o caso do Departamento de Oceanografia e Pescas que apresenta um custo em pessoal superior a 1 milhão de euros e só tem cerca de 200 mil euros de receitas de projetos. O Administrador esclareceu que o desvio observado nos Serviços Centrais não se registará no final do ano, dado que resulta do modo e do momento do pagamento do subsídio de Natal aos trabalhadores da UAc.-----

-----**Ponto 11.**-----

-----João Luís Gaspar informou quais as razões que presidiram à apresentação da proposta de anulação dos despachos da Reitoria n.º 316/2013 e n.º 325/2013 (**Doc. X, X e X**) e que tiveram em consideração quer o facto de não existir qualquer regulamento na UAc relativamente à política de utilização dos recursos informáticos, quer a falta de capacidade técnica para se colocar em prática o pretendido.-----

-----O Reitor explicou que os despachos em causa constituíam uma reposição de outros idênticos já aprovados no passado, fundamentou juridicamente a iniciativa (**Doc.X**) e mostrou-se disponível para rever o teor dos mesmos.-----

-----O Presidente colocou a proposta à votação que foi aprovada por unanimidade dos presentes, onde não se incluíram os conselheiros Mário Gata e Hélder Ávila que se ausentaram da reunião durante a discussão.-----

-----**Ponto 12.**-----

-----Já na presença de todos os conselheiros o Reitor leu um documento do Pró-Reitor para a Integração dos Assuntos do Mar, Doutor Ricardo Serrão Santos, sobre o contributo institucional da UAc para o documento de Estratégia Nacional para o Mar 2013/2020 (**Doc.X**).-----

-----Armindo Rodrigues referiu que dada a importância do mar a nível regional, nacional e internacional e o potencial da UAc para se afirmar no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar 2013/2020, não se compreende como é que nunca foi concertada uma posição institucional sobre a matéria, incluindo a contribuição das várias unidades orgânicas ou grupos de investigação. Gualter Furtado considerou que sem a distribuição prévia do documento de suporte lido pelo Reitor não se podia aprofundar o assunto e José António Resendes sublinhou a necessidade do CG dedicar algum tempo à discussão de temas estratégicos para a diferenciação da UAc, propondo que em cada reunião ordinária seja agendado com a devida antecedência um tema.-----

-----**Ponto 13.**-----

-----A discussão deste ponto foi adiada para outra data por proposta do conselheiro Gualter Furtado, por não ser considerada prioritária na atual fase da instituição.-----

-----**Ponto 14.**-----

-----A discussão deste ponto (**Doc.X**) foi adiada para outra data por proposta do conselheiro Gualter Furtado, por não ser considerada prioritária na atual fase da instituição.-----

-----**Ponto 15.**-----

-----O conselheiro João Luís Gaspar informou que tinha sido aproveitado o potencial da plataforma SITUA para se criar uma área destinada às atividades do CG, visando facilitar o acesso de todos à informação de interesse para o funcionamento deste órgão.-----

-----Gualter Furtado referiu que os técnicos de informática do BES desaconselharam a utilização da VPN disponibilizada aos conselheiros para acederem do exterior à área do SITUA, alegando que a mesma não permite ligações seguras e contraria a política de informática do banco. Teresa Tiago questionou o Reitor sobre o alinhamento estratégico e as dimensões críticas deste sistema: a segurança, o tipo de contrato existente para o seu desenvolvimento, a dependência dos produtos da Microsoft, bem como os investimentos que se pretendem levar a cabo neste domínio e no do e-learning. José António Resendes informou que preferia o recurso à informação sistematizada conforme estava no SITUA e que, mantendo-se tal ferramenta, dispensava o envio de documentação via correio eletrónico.-----

-----A pedido do Reitor, João Luís Gaspar esclareceu que a cedência da VPN se destinava a facilitar o acesso ao SITUA por parte dos conselheiros, a partir de sua casa ou de outro ponto com Internet, não sendo necessário fazê-lo a partir de outras redes de trabalho caso existam dúvidas relativamente à segurança do sistema. Mais, informou que as questões do SITUA não

estavam em discussão, mas sim o interesse ou não em se utilizar a área de trabalho criada para o CG. Referiu que as questões de segurança devem ser colocadas aos Serviços de Informática da UAc e que não é verdade que o funcionamento da área do CG dependa da utilização do browser Internet Explorer, até porque os testes efetuados demonstraram que o comportamento do SITUA é superior quando se utiliza, por exemplo, o Mozilla Firefox ou o Google Chrome. A este propósito, o Presidente informou os conselheiros que a área do CG no SITUA deve ser considerada, doravante, como a base para a colocação de toda a informação de interesse para os trabalhos deste órgão e sublinhou as vantagens deste sistema quando comparado com a plataforma Moodle, utilizada no passado.-----

-----**Ponto 3.**-----

-----Provada a existência de todas as declarações de voto, o Presidente voltou a colocar à votação a ata da reunião ordinária do CG de 15 de outubro de 2013 p.p. que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei.-----

O Presidente do Conselho Geral



Ricardo Madruga da Costa

O Secretário do Conselho Geral


João Luís Roque Baptista Gaspar